

## Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte: desafios e conquistas na participação social e gestão de resíduos sólidos

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17253671>

**Lívia Prado Xavier<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7919-6107>

E-mail: [lviavaxavier98@gmail.com](mailto:lviavaxavier98@gmail.com)

### Resumo

O Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte (FMLC-BH) foi criado em 2004 como um espaço de participação ativa e diálogo entre catadores de materiais recicláveis e gestores públicos, visando à formulação e implementação de políticas de coleta seletiva. Ao longo das décadas, o fórum desempenhou papel central na efetivação dos direitos dos catadores e na gestão de resíduos sólidos no município. Este artigo tem como objetivo descrever a trajetória de criação do fórum, avaliar sua contribuição para a participação social e refletir sobre os desafios enfrentados ao longo desse período. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, uma análise documental e uma entrevista com uma liderança de cooperativa local. Entre as principais conquistas do fórum, destacam-se a inclusão formal dos catadores na política pública de coleta seletiva e a criação de um canal efetivo de diálogo com o poder público. Conclui-se que, embora o FMLC-BH tenha alcançado avanços significativos, sua sustentabilidade e eficácia dependem da superação de barreiras estruturais e da ampliação do debate sobre a importância da participação social nas políticas socioambientais.

Palavras-chave: Participação social. Catadores de materiais recicláveis. Políticas públicas. Gestão de resíduos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4855863859417142>.

## **The Waste and Citizenship Forum of Belo Horizonte: challenges and achievements in social participation and waste management**

### **Abstract**

The Municipal Forum on Waste and Citizenship of Belo Horizonte (FMLC-BH) was created in 2004 as a space for active participation and dialogue between recyclable material collectors and public managers, aimed at formulating and implementing selective waste collection policies. Over decades, the Forum has played a central role in the enforcement of the rights of waste pickers and in solid waste management within the municipality. This article aims to describe the Forum's creation trajectory, evaluate its contribution to social participation and reflect on the challenges faced over this period. Research was elaborated in literature review, document analysis and an interview with a local cooperative leader. Among the Forum's main achievements are the formal inclusion of waste pickers in public policies and the creation of an effective dialogue channel with public authorities. The conclusion is that, although the FMLC-BH has achieved significant progress, its sustainability and effectiveness depend on overcoming structural barriers and expanding the debate on the importance of social participation in socio environmental policies.

Keywords: Social participation. Waste pickers. Policies. Waste management.

### **1 Introdução**

Em Belo Horizonte, em abril de 2004, foi criado o Fórum Municipal Lixo e Cidadania (FMLC-BH). Após mobilizações preliminares, parceiros, gestores, associações e cooperativas formadas por catadoras e catadores de materiais recicláveis reuniram-se para a criação de um espaço de participação, fundamental para a luta de concretização dos direitos da categoria — uma estratégia usada em âmbito nacional para viabilizar a formulação, a implantação e o monitoramento da política de coleta seletiva. Agora, em

2025, mais de 20 anos depois, é possível analisar as conquistas adquiridas por meio desse espaço e refletir sobre os desafios enfrentados ao longo da trajetória do FMLC-BH.

A criação do espaço tem relevância por evidenciar que catadoras e catadores de materiais recicláveis existem há décadas no Brasil (Costa, 2017) e possuem papel importante na destinação correta dos resíduos: são eles os responsáveis pela destinação do material para a indústria da reciclagem, de modo a reduzir a produção de matéria prima e ampliar a vida útil dos aterros sanitários. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2021), estima-se que os catadores e as catadoras são responsáveis pela reciclagem de 90% dos materiais reciclados do Brasil.

Apesar de sua importância, a gestão dos resíduos ainda é uma pauta estigmatizada e marginalizada. As contribuições de catadores para o aprimoramento da coleta seletiva não são sequer consideradas. Nesse contexto, esse fato se justifica pelo estigma referente ao ofício realizado, por estar diretamente associado ao tratamento dos resíduos sólidos descartados. Entretanto, o tratamento adequado dos resíduos é recomendado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Federal nº 12.305/2010, a qual sugere prioridade na contratação de associações e cooperativas formadas por catadores de materiais recicláveis para prestação de serviços. Tal vínculo ainda hoje é o principal desafio da categoria.

A referida lei requer a participação social no processo de construção dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, assim como nas etapas de acompanhamento e monitoramento das políticas. O ato de participar tornou-se mais prezado a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), quando foi incluído na formulação do Sistema Único de Saúde (SUS), entre uma série de outros dispositivos relativos à participação nas políticas públicas. Assim, um fórum destinado ao debate dessa questão é fundamental para efetivar os direitos legislados. No caso aqui tratado, o espaço participativo objetiva promover a inclusão de catadoras e catadores na construção de soluções nos programas de coleta seletiva, de modo a constituir uma arena de debates entre os gestores municipais, as cooperativas/associações, as instituições parceiras interessadas na pauta e a sociedade civil.

Apesar da importância da categoria e de instâncias participativas, a produção de conteúdos acadêmicos e as políticas públicas relacionadas ainda são escassas. Nesse

sentido, na ciência política, destacam-se as contribuições da tese de Sônia Dias, intitulada *Trajatórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos Singulares de justiça social e governança participativa* (Dias, 2009), e da dissertação de Camila Mattarelli de Abreu e Silva, *Catadores de materiais recicláveis: a luta para tirar o direito do papel* (Silva, 2020), que se tornaram fundamentais para as investigações nessa temática. Dias (2009) dedicou-se a compreender a dinâmica de formação do fórum, enquanto Silva (2020) apresentou uma análise a partir das teorias de movimentos sociais e de sua relação com a conquista de direitos dos catadores de forma prática.

Considerando o interesse em contribuir para alterações nesse cenário e destacando a importância do FMLC-BH, o presente artigo tem como objetivo descrever a trajetória de criação do FMLC-BH e sua importância para a efetivação dos direitos de catadoras e catadores de materiais recicláveis da capital mineira, sobretudo o de participação social, acionando principalmente a cientista política Evelina Dagnino, para as reflexões sobre o conceito de cidadania, e as contribuições de Leonardo Avritzer sobre participação social. Ademais, espera-se refletir sobre as dinâmicas dos fóruns temáticos, um tipo de espaço participativo pouco abordado na literatura.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso do FMLC-BH, apoiado em revisão bibliográfica e em análise documental referente aos momentos de formalização do espaço. Ainda, em busca de evidenciar a narrativa a partir da experiência vivida, uma liderança de cooperativa belo-horizontina presente desde a criação do fórum foi entrevistada. Dessa forma, há uma aproximação com o método “história de vida”, o qual auxilia na reconstrução do momento de criação e na avaliação do espaço por quem é uma constante presença. Cabe aqui destacar que esse artigo é uma derivação de monografia apresentada em 2023 para conclusão da graduação em ciências sociais, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesse sentido, salienta-se que os dados correspondem até o primeiro semestre do ano mencionado e eventuais alterações contextuais não foram abordadas.

Considerando tais pontos, o artigo abordará primeiramente o conceito de participação social, com destaque para a tipologia de espaços usados para a efetivação desse direito. A seguir, uma seção dedicada à criação do FMLC-BH será apresentada, com retrospecto do FMLC, e na qual serão exploradas as declarações dadas pela catadora entrevistada. Ao final, apresenta-se uma breve síntese com reflexões e lições aprendidas. Desse modo,

espera-se que as questões abordadas possam contribuir para a manutenção do espaço e para pensar medidas de aprimoramento da dinâmica hoje vigente, em razão de sua importância para a conquista de direitos de catadores de materiais recicláveis.

## **2 Participação social e gestão pública: conceitos e abordagens**

A participação social é uma prática fundamental para a construção de políticas públicas inclusivas e democráticas, sendo amplamente discutida e difundida no contexto brasileiro, especialmente após a promulgação da CF/1988. A participação envolve a inclusão de cidadãos em processos decisórios que afetam diretamente suas vidas, proporcionando não apenas a manifestação de suas necessidades, mas também a efetiva implementação de soluções construídas de maneira coletiva. Essa prática ganhou força no Brasil a partir da redemocratização, com o surgimento de diversas instâncias participativas, como conselhos e conferências, que permitiram uma interação direta entre a sociedade civil e o Estado.

Após o fim da Ditadura Militar, a retomada democrática passou a valorizar metodologias participativas. Como consequência, observou-se o crescimento do associativismo e da emergência de novos movimentos sociais. Em relação ao associativismo, houve incentivo para a formalização dos grupos já estruturados — fato que é justificado pela noção difundida de que associar-se traria benefícios, sendo necessária tal formalização. O contexto pode ser exemplificado pelo aumento de associações de bairros voluntárias nos centros urbanos (Avritzer, 2012).

De acordo com Dagnino (1994), a fim de compreender as razões que justificam o interesse em participar diretamente dos processos, é preciso refletir sobre o conceito de cidadania. Segundo a autora, esse deve ser interpretado a partir do contexto citado como uma construção de estratégias politicamente relevantes e sugere que a emergência de tal perspectiva esteja vinculada aos movimentos sociais e à construção da democracia. Na construção do conceito, a autora destaca seis características da “nova cidadania”. Aqui, de modo sintético, serão apresentados apenas três pontos. O primeiro deles é a revisão da noção de direitos dos quais os cidadãos são portadores, sendo assim estabelecido que o ponto de partida é a concepção de que há “direito a ter direitos”. O segundo ponto destacado é que os sujeitos sociais devem ser ativos, capazes de definir e lutar por seus

direitos, de modo que essa nova perspectiva não beneficia apenas as classes dominantes e/ou o Estado. Dagnino (1994, p. 108) afirma que: “Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘de baixo para cima’”. Por fim, a última característica aqui mencionada é o direito de participar objetivamente da definição do sistema democrático, das pautas a serem debatidas, de quais programas incluiriam determinados públicos e, por consequência dos pontos anteriores, na definição de uma nova sociedade.

Essa nova percepção de cidadania permite entender a origem dos anseios por participação. É preciso considerar também a conjuntura, emergente a partir da Assembleia Constituinte entre os anos 1985 e 1988, que possibilitou e favoreceu a articulação entre os movimentos sociais (Silva, 1994). Durante o período, os movimentos mantinham constante contato para respaldar, alinhar e angariar aliados para os projetos de lei encaminhados por meio de iniciativa popular e defendidos por eles. Com a promulgação da CF/1988, foi consolidada a noção de que a participação popular poderia ocorrer para além do momento do voto, em outros espaços e ocasiões (Dagnino, 2002).

Nesse cenário, a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, fomentou a construção de reciprocidade entre organizações da sociedade civil, diante do estabelecimento de vínculos, redes de solidariedade e compromissos comuns (Silva, 1994). Assim, foi estabelecida uma comunicação mais perene entre diversos atores, fortalecendo as redes. Essa situação auxilia na compreensão de como a dinâmica interativa entre os atores permite a construção e a elaboração de relações, promovendo o surgimento de espaços participativos.

Corroborando com esses pontos, salienta-se que há indireta impulsão para criar os ambientes chamados por Nancy Fraser (1995) de “espaços públicos alternativos”. Segundo a autora, tais espaços emergem diante da impermeabilidade da esfera pública para atores de grupos historicamente marginalizados e excluídos. Com o surgimento desses espaços alternativos, foram construídas e fortalecidas identidades comuns para determinados grupos. Tal construção permite que sujeitos diferentes, com uma reivindicação comum, produzam oportunidades de negociação como um ator coletivo. Essas oportunidades permitem que a pauta seja inserida na agenda pública e, conforme posto por Carla Almeida Silva (2002, p. 179), “[...] nos momentos de ‘encontros’ com o

Estado, ganha particular relevância no contexto das articulações o grau de legitimidade que um ator coletivo tem para representar as diferentes organizações que dele participam”. Dessa maneira, torna-se evidente a importância da participação de atores interessados nas políticas públicas e em seus processos de construção e configuração, devido à forte associação do ato com a noção de cidadania de Dagnino. Em vista disso, diversos cientistas políticos empenharam-se em identificar e detalhar os espaços participativos vigentes, abaixo sistematizados com ênfase na experiência brasileira.

Conforme citado, na CF/1988, por meio dos arts. 198 e 204, foram estabelecidas outras formas de participação social, com as possibilidades de criação de conselhos, conferências e orçamentos participativos. Essas possibilidades favoreceram principalmente as associações que lidavam com a inserção das classes mais baixas nas políticas públicas, uma vez que, com o fim do período ditatorial, as disparidades de acesso aos serviços e bens públicos eram grandes (Avritzer, 2012). Até então, não havia encaminhamento concreto para solucionar tal imbróglio, de modo que não se vislumbravam formas de promover a inclusão de setores sociais excluídos, devido à ausência de instrumentos. Assim, as possibilidades emergentes a partir da CF/1988 viabilizaram o andamento dessas pautas.

De acordo com Avritzer (2008), é necessário abordar a participação de forma não opositora à institucionalização. Segundo o autor, uma das formas de compreender a participação seria por meio das “instituições participativas”, definidas como três “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (Avritzer, 2008, p. 45). A primeira das formas a ser citada pelo autor é o desenho participativo de baixo para cima (*bottom up*), no qual há livre entrada de qualquer cidadão no processo participativo. Embora o acesso seja facilitado, não há garantia por parte dos gestores que as sugestões serão integralmente implementadas. Um exemplo de instituição nesse formato são os orçamentos participativos, que emergiram da crítica à democracia representativa clássica, implementados em 1989 no contexto particular de Porto Alegre (RS). Na criação, o objetivo era consolidar a intersecção entre sociedade civil e a sociedade política, por meio da reivindicação dos movimentos sociais locais por mais participação nos processos deliberativos em relação às finanças públicas locais (Santos, 2002; Fedozzi, 1998; Wampler, 2008). Os orçamentos participativos foram

implementados em outros municípios, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, e tornaram-se referência global de inovação democrática (Souza, 2006).

A segunda forma de instituição participativa abordada por Avritzer (2008) é a partilha do poder. Aqui, os atores da sociedade civil e estatais atuam simultaneamente e há maior garantia da efetividade, uma vez que as pactuações são determinadas por lei e são estabelecidas sanções em casos de ausência de instauração. No entanto, há menor incorporação de atores quando comparado à forma anterior, mas destacam-se por serem fortemente democratizantes e distributivos. Um exemplo de instituição nessa forma são os conselhos de saúde. Ressalta-se que o art. 198 da CF/1988 institui o sistema público de saúde e menciona como diretriz a participação social. Posteriormente, a Lei Complementar nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, estabeleceu normas sobre a participação da comunidade na gestão do SUS a partir das instâncias colegiadas: Conferência de Saúde e Conselho de Saúde. Cabe aqui mencionar que, para além da política de saúde, há diversos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que requerem a participação social e a criação de instituições participativas. Nas décadas seguintes, observa-se a ampliação do número de conselhos não apenas de saúde, mas também nas áreas da assistência social, direitos da criança e do adolescente e meio ambiente, entre outros.

A última forma apresentada por Avritzer (2008) é a ratificação pública, na qual os atores da sociedade civil não são partícipes dos processos construtivos e são convidados para aprovar as medidas anteriormente deliberadas. Destaca-se que, nesse formato, há decisão anterior dos gestores e um menor número de atores sociais, quando comparado aos formatos anteriormente citados. Um exemplo prático do formato são os planos diretores municipais.

O autor também apresenta três variáveis importantes para compreender a qualidade dos processos participativos: a) iniciativa na proposição do desenho; b) organização da sociedade civil na área em questão; c) vontade política do governo em implementar a participação.

Após essa discussão, é possível destacar que, de acordo com Avritzer (2008), existem justificativas relacionadas às experiências participativas com maior alcance na efetividade e legitimidade do que outras. Além disso, experiências com ampla diversidade

de atores sociais tendem a depender mais da atuação dos gestores públicos para que os acordos coletivos se traduzam em ações concretas. Desse modo, embora a participação ampla e diversa seja desejável, ela pode enfrentar desafios vinculados à mediação do Estado e à implementação das decisões pactuadas.

Diante das contribuições, surge a questão: “Como podem ser entendidos os fóruns temáticos?” De acordo com Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), a concepção de democracia nos movimentos sociais não é limitada às instituições políticas. Isso porque os espaços são criados com o apoio dos movimentos sociais em diversas áreas e objetivam a construção de projetos públicos compartilhados com força suficiente para adentrar na agenda pública. Assim, como característica de um fórum, destacam-se as intersecções entre as entidades presentes, formuladas a partir dos diálogos ali decorrentes.

De acordo com o artigo de Carla Almeida Silva (2002) sobre os fóruns temáticos da sociedade civil, a dinâmica de tais espaços é particular em cada contexto, com andamentos e detalhamentos próprios. A autora observa que, nos fóruns, as diferentes formas de operação das organizações sociais presentes são ali refletidas, o que evidencia o desafio constante em construir o funcionamento prático, além de regular a articulação dos participantes. Assim, todos os presentes devem ter os interesses considerados e a ordem de prioridades deve ser construída frente à agenda pública em consenso. Segundo a autora, “esse fato cria algumas dificuldades particulares em situações em que a interlocução com as agências governamentais depende de um esforço e uma pressão mais cotidiana para ser consolidada” (Silva, 2002, p. 181).

Outro ponto é que os fóruns são um espaço de articulação por definição. No entanto, quando um fórum se constitui como um ator coletivo, assume também o papel representativo dos atores ali presentes. Logo, além da coesão entre os participantes, o espaço adquire uma “dimensão qualitativa [que] diz respeito à legitimidade que um fórum tem que possuir para transcender a sua definição de espaço de articulação e se constituir em um ator representativo” (Silva, 2002, p. 181). De acordo com a autora, essa interpretação é capaz de produzir tensões, já que as organizações podem ter aspirações individuais. Tal pontuação é feita por Silva (2002) como forma de alerta, pois ela acredita na interferência das disputas na percepção da legitimidade do espaço por membros. Por fim, é esperado que o espaço de um fórum seja um local aberto para opiniões divergentes a serem respeitadas e debatidas, além de ser ideal para qualificação de projetos. Assim,

conforme Silva (2002, p. 182): “um fórum se constitui e tem como base os consensos internos, mas mantém sua capacidade de ser ativo politicamente por ser um espaço no qual as diferenças são expressas”.

Sendo assim, entende-se que os fóruns temáticos possuem uma dupla dimensão: a) de agrupar os diferentes atores, qualificar suas intervenções e construir um consenso coletivo; b) de mobilizar esforços para incluir temas na agenda pública. Também observa-se que esses espaços de articulação são fundamentais para a construção e o monitoramento de políticas públicas, considerando que os impactados diretamente pelas pautas participam ativamente de tais momentos, de modo a concretizar pontos da noção de cidadania almejada após o período da Ditadura Militar no Brasil.

Em vista disso, é possível afirmar que o desejo por maior participação ocorreu em razão do desejo da sociedade civil em fazer parte dos processos de decisão após o período ditatorial no Brasil. Trata-se de um reflexo da nova noção de cidadania difundida em tal contexto, que permitiu compreender a população como detentora de direitos. Com a promulgação da CF/1988, foram instituídas leis e diretrizes para viabilizar tal participação, exemplificada pela criação de conselhos. Outras instituições participativas também surgiram e se consolidaram, como os orçamentos participativos, conferências e os planos diretores. Esse contexto também propiciou a emergência dos espaços alternativos de participação, que não são determinados por lei e são usados como local de articulação.

Os fóruns são espaços de deliberação de diversos atores, com organizações e diretrizes plurais. Nesse local, são articulados e debatidos pontos a serem inseridos na agenda pública, como proposta unificada. Contudo, o ambiente também possui outra dimensão anterior: unificar as pautas dos múltiplos atores presentes, rememorando o conceito de “identidade coletiva” de Melucci (1989). Desse modo, é esperado que o fórum opere como espaço de unificação das pautas e também como avaliador das políticas públicas, uma vez que a apresentação de demandas da população interessada em espaços públicos pode resultar na alteração nas perspectivas então adotadas (Dias, 2009).

### 3 Fórum Lixo e Cidadania: criação, conquistas e desafios na efetivação dos direitos dos catadores

Os espaços chamados de Fórum Lixo e Cidadania surgiram no fim da década de 1990, no contexto de visibilidade dos catadores em razão do surgimento das primeiras organizações formais em Belo Horizonte e Porto Alegre, em diálogo com as administrações públicas locais e da insurreição de outros movimentos ambientalistas no Brasil e no mundo. Tais fóruns também surgem a partir do fomento da Organização das Nações Unidas (ONU) para construção de espaços democráticos para avaliação e monitoramento de projetos ambientais.

O surgimento do fórum na instância federal está vinculado ao desenvolvimento e à implementação de instituições participativas, já mencionadas. Isso ocorreu devido à busca por incorporar a dimensão social — vinculada à gestão participativa e inclusiva — à dimensão ambiental, pautada especialmente na gestão de resíduos sólidos. A presença e influência da ONU, por meio do Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas (Unicef), foi também um catalisador para a criação do referido fórum. Segundo as informações levantadas por Dias (2009), as ações da Unicef no território brasileiro buscavam desenvolver trabalhos com o foco na questão da destinação final dos resíduos e o fim dos lixões<sup>2</sup>. Essa atuação foi motivada devido à presença de crianças e adultos nesses ambientes insalubres para desenvolver as atividades de catação, como forma de garantir a subsistência. De acordo com o levantamento apresentado no texto *Programa Nacional Lixo e Cidadania* (Campani *et al.*, 2005), aproximadamente 45 mil crianças trabalhavam nos lixões brasileiros em 1998. A temática ganhou notoriedade após um trágico evento, ocorrido no ano de 1994, no município de Olinda-PE, quando um grupo de crianças, frequentadoras de depósitos irregulares de resíduos sólidos, foi hospitalizado com intoxicação alimentar. A suspeita foi de ingestão de carne humana, que pode ter sido levada ao lixão em meio a materiais hospitalares (Dias, 2009).

Frente a essa problemática, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi convidada para realizar articulações entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o governo

---

<sup>2</sup> Cabe esclarecer que os locais de destinação inadequada dos resíduos são popularmente chamados de lixões e opostos aos aterros sanitários. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), os aterros são obras de engenharia, nas quais o solo é impermeabilizado para evitar contaminação, além do monitoramento do processo de decomposição, com a drenagem do chorume e dos gases.

federal. No seu escopo, observou-se que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), formulado pela OIT, não mencionava as atividades realizadas por menores em locais de destinação indevida dos resíduos. Dessa forma, a atuação na temática por parte da Unicef no Brasil promoveu a inclusão da questão da destinação de resíduos sólidos na agenda pública, destacando a necessidade de solução do problema socioambiental.

Devido aos múltiplos temas envolvidos, concluiu-se que seria necessário convidar diversos atores e, por isso, foram chamados parceiros, a fim de promover novas articulações em busca de soluções para tal fato. Os principais parceiros do programa foram o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério Público, a Caixa Econômica Federal, a Secretaria de Desenvolvimentos Urbanos (Sedu) e representantes do terceiro setor, como Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas às questões ambientais. Diante dessa articulação inicial, em dezembro de 1998, surgiram resultados preliminares, como a publicação do Programa Lixo e Cidadania pelo Ministério Público, cujo objetivo era fornecer orientações aos promotores de justiça e minuta de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para tratar da disposição final dos resíduos sólidos nos municípios brasileiros.

Sendo assim, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) foi oficialmente lançado em junho de 1999. A premissa para o lançamento do espaço foi o entendimento de que os impactos socioambientais da destinação incorreta dos resíduos sólidos só poderiam ser enfrentados a partir da abordagem participativa e do esforço conjunto de atores. Destacase que a já mencionada PNRS foi sancionada anos depois, sendo a experiência do FNLC importante para a elaboração da referida legislação. Segundo Dias (2009), os objetivos do fórum podem ser centralizados na erradicação do trabalho infantil nos lixões e na promoção de sua inserção em atividades socioeducativas, na inclusão dos catadores em programas de coleta seletiva e no encerramento dos lixões, com recuperação das áreas degradadas por estes. A autora também menciona que, entre as estratégias adotadas pelo FNLC, está o “estímulo ao associativismo dos catadores e à criação de fóruns estaduais e fóruns municipais Lixo e Cidadania” (Dias, 2009, p. 155).

### 3.1 Fórum de Belo Horizonte

Em comparação com o cenário apresentado anteriormente, o contexto mineiro é mais bem entendido. Para tanto, ressalta-se o surgimento da Associação dos Catadores de Papel,

Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). O grupo foi formalizado com apoio da Pastoral de Rua, em 1990, e era formado por pessoas em situação de rua e desempregados que buscavam trabalho e renda na catação (Dias, 2009). Antes da formalização, os próprios catadores não reconheciam a importância ambiental da atividade, vislumbrando apenas como forma de obtenção de renda e lidavam cotidianamente com a discriminação (Silva; Martins, 2022).

O processo de formalização, acompanhado pela alteração na gestão municipal, favoreceu uma mudança na perspectiva de como os catadores eram vistos pelo Poder Executivo local. Um marco disso ocorreu no ano de 1993, quando foi implementado o Programa de Reciclagem Municipal. Esse programa foi iniciado na gestão de Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT), e justificado pela realidade enfrentada pelo grupo de catadores, que sofria perseguições policiais e apreensão do material coletado. Essas ações recebiam o nome de “operações limpeza”, configuradas pela “retirada dos catadores, geralmente à força, das ruas onde os mesmos realizavam a triagem dos recicláveis no intuito de transferi-los para as bordas, para a periferia da cidade” (Dias, 2009. p. 214). Assim, era atribuída aos catadores uma imagem estigmatizada, com entendimento de que eram vadios e marginais, resultando no aumento da situação de vulnerabilidade enfrentada (Dias, 2009).

A partir do Programa de Reciclagem Municipal, houve uma mudança na forma como os catadores eram vistos e esses passaram a ser identificados como trabalhadores da coleta seletiva pelos gestores em Belo Horizonte (Dias, 2009). Anteriormente, a perspectiva era de que o grupo se tratava de pessoas em situação de rua e/ou que faziam uso abusivo de álcool e outras drogas. Com a alteração, a categoria passou a ser reconhecida como trabalhadores e cidadãos, mesmo que ainda enfrentando embates relacionados à (des)valorização. Outro efeito do programa foi o aumento no número de associados no empreendimento. Dessa maneira, com o objetivo de promover o aprimoramento desse ofício, foi firmado convênio com a Asmare (até então, o único empreendimento de catadores formalizado), a fim de fornecer estrutura logística (com a concessão de caminhões), assessoria jurídica e capacitações. Além disso, houve repasse de valor financeiro por meio da Secretaria Municipal de Ação Social.

Com o incentivo das regionais, por meio do Núcleo de Apoio às Famílias (NAF), emergiram novas associações de catadores no município de Belo Horizonte, a partir dos

anos 2000, tais como: Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha (Coomarp), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte (Coopemar-Oeste) e a Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (Coopersoli-Barreiro). Vale destacar que as associações formalizadas nesse segundo momento obtiveram apoio de uma instituição contratada, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para fornecer capacitações quanto ao cooperativismo e ao associativismo, bem como cursos de administração. O objetivo do projeto era fomentar a criação de grupos formais de catadores de materiais recicláveis em todas as regionais do município. Essas novas associações eram formadas majoritariamente por mulheres (Dias, 2009; Silva, 2020). Parte desse grupo buscava oportunidades de trabalho e algumas já haviam lutado por moradias populares, logo não necessariamente trabalharam com a catação antes disso (Silva, 2020).

### 3.2 A trajetória do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e reflexões a partir do relato da catadora

Visando reconstruir o momento de lançamento do FMLC-BH, uma catadora foi entrevistada e, com base em sua narração, foi possível compreender melhor o contexto e a perspectiva de uma representante do público. Segundo o relato, o FMLC-BH surgiu a partir da necessidade de um espaço de articulação política entre os empreendimentos de catadores e os representantes do município, em especial com as secretarias e as superintendências com atuação no tema de interesse da categoria. A entrevistada ressaltou que a criação do local propiciou a troca de experiências entre os catadores e os empreendimentos. Desse modo, compartilharam o conhecimento já acumulado, incluindo abordagens com empresas para repasse de material reciclável. Por fim, também foi destacada a ocasião em que a Asmare compartilhou informações sobre comercialização.

A proximidade entre os catadores de diferentes empreendimentos possibilitou a construção de uma identidade comum, uma forma de consolidação da categoria. A identidade coletiva é criada a partir da comunicação, da produção de significados, da formulação do que é lido como “nós” ao longo do tempo (Melucci, 1989). As oficinas e a partilha de informações exclusivas dos catadores de diversos empreendimentos possibilitam tal elaboração e consolidação da visão da categoria única no município. Essa

partilha desestimula a competição entre os grupos e propicia a operação perante a lógica da economia solidária, conforme o princípio de diversas organizações.

A respeito das primeiras demandas trabalhadas no fórum, a entrevistada informou que a forma de operação e implantação da coleta seletiva no município foi operacionalizada a partir do espaço. Isso ocorreu devido à dificuldade em tornar a atividade, nos moldes iniciais, um sistema sustentável financeiramente para os empreendimentos.

A gente foi colocando a Prefeitura. [...] Esse espaço de Fórum foi um dos locais onde a gente colocou. A gente fez dessa e dessa forma, mas a gente vê que tem outro formato, porque aí a Comarp também fez assim, a [Coopesol] Leste também fez assim. E aí a gente foi aprofundando e mostrando para eles, colocando na ponta da caneta que isso não era viável, que a gente precisava de um outro formato. [...] No Fórum, teve um alinhamento e aí a gente conseguiu encaminhar isso, né? (Entrevistada, 2023).

Em seguida, foram feitos ajustes e foi encontrada a melhor forma, nas palavras da catadora: "Nós fomos o piloto dessa proposta da Prefeitura" (Entrevistada, 2023). Dessa maneira, as experiências vividas pelos empreendimentos de catadores e o conhecimento prático acumulado permitiram a formulação de um projeto mais consolidado da coleta seletiva.

Destaca-se que a busca pelo alinhamento junto à Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) foi realizada pelos empreendimentos em conjunto, de modo a demonstrar um alinhamento da categoria e a possibilidade de serem vistos como uma unidade, um coletivo. Nesse sentido, as questões sobre fóruns temáticos, elaboradas por Silva (2002), são reforçadas. Assim, uma das dimensões do fórum, vinculada a construção de temas a serem incluídos na agenda pública e a articulação dos atores, fica evidente nesse contexto. Quando os empreendimentos buscam a SLU em conjunto, há uma alteração no valor da problemática.

Outra demanda inicial apresentada pelos empreendimentos de catadores era relacionada aos equipamentos. No momento inicial, os grupos conseguiram os equipamentos básicos, como prensas e balanças, com os grandes comercializadores da região e essas ferramentas viabilizaram uma maior produtividade. Contudo, como troca do empréstimo realizado, eram obrigados a comercializar exclusivamente com o comprador, assim eram prejudicados por não buscarem os melhores preços possíveis interferindo no valor arrecadado. Percebendo a necessidade de alterações nesse cenário, levaram a questão ao

fórum, a fim de buscar meios de viabilizar a independência dos compradores por meio da aquisição dos equipamentos próprios.

Olha, no primeiro momento a gente levantou essa demanda, a demanda de espaço, da estrutura física, de equipamento, porque no primeiro momento todo mundo ficou com o equipamento do atravessador, que é dos grandes aparelhos que comprava na nossa mão. Então, a gente não conseguia nem negociar o material. Então, a gente levou para o espaço do Fórum a importância que era de buscar projetos, projetos que dessem as condições de receber esses equipamentos através de projetos e da prefeitura de melhorar o que tinha de espaço [...] (Entrevistada, 2023).

Para além desses pontos, foram solicitadas melhorias estruturais dos galpões usados. Alguns lidavam com espaços pequenos e/ou condições precárias.

[...] A [Coopesol] Leste usava um espaço da Associação, lá no Grande de Freitas, que era um espaço muito pequeno, que não dava para eles fazerem o trabalho de receber o material. [...] A Coopesol Noroeste usava um espaço também que era cedido pela Associação, que era um espaço muito pequeno. [...] A Coopemar tinha um espaço na BR, que era um galpão muito grande, mas toda vez que chovia, alagava, era maior dificuldade. Eles perdiam muita coisa, muito material. Então, com isso, a gente foi colocando para a Prefeitura (Entrevistada, 2023).

Vale ressaltar que antes da construção e da implantação da política pública de coleta seletiva, foi necessário buscar por condições mais dignas de trabalho e empenhar esforços para a garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores, antes de adentrar em pontos específicos referentes à categoria. Nesse sentido, a entrevistada mencionou a participação de instituições parceiras, as quais foram importantes para orientar as associações e as cooperativas sobre questões documentais, assim como no intermédio para a aquisição de equipamentos. Cabe citar o apoio das universidades, em especial a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na construção de projetos de galpões com leiaute mais produtivos.

Muito importante, porque elas mostravam para a gente alguma saída, dava alguns nós, dizia para a gente onde buscar apoio, ajudava na questão dos projetos, de fazer os projetos. As universidades também participaram no primeiro momento, que ajudou muito a pensar projetos, a pensar layout dos galpões, como seria o melhor formato para trabalhar (Entrevistada, 2023).

No que diz respeito à avaliação da participação dos catadores no FMLC-BH, a entrevistada comentou que sua cooperativa busca sempre participar dos encontros do fórum. Essa participação objetivada e constante pode ser consequência das capacitações técnicas recebidas pelo grupo e também da valorização de tal ato: “Então a gente entendeu que a gente precisava inserir em todos os espaços. Todos os espaços a gente tinha que estar presente para poder mostrar a nossa cara. Divulgar o nosso trabalho” (Entrevistada,

2023). Esse relato propicia a associação ao conceito de “nova cidadania” de Dagnino (1994), uma vez que a catadora pressupõe que a busca por direitos é intrínseca ao movimento. Assim, repercute a noção de que os catadores devem se portar como sujeitos ativos, capazes de lutar pela efetivação das conquistas, o que fica ainda mais evidente na fala: “Porque o empreendimento tem que sair do lugar, do comodismo. O pessoal gostando ou não”.

De acordo com a entrevistada, as principais conquistas adquiridas pelos catadores e pelas catadoras de materiais recicláveis de Belo Horizonte por meio do FMLC-BH foram equipamentos para a operação, aquisição e/ou melhorias nas estruturas físicas, orientações sobre a parte documental, ajustes para tornar as atividades produtivas e sustentáveis financeiramente nos anos iniciais de operação e a contratação dos empreendimentos como prestadores de serviços.

Quando abordado o direito dos catadores e o objetivo de luta do MNCR — a contratação —, cabe frisar que a partir da construção política e do reconhecimento da atividade como profissão, com a inclusão da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações do MPT (CBO) em 2002, foi observada a possibilidade de firmar parcerias com o poder público. Conforme mencionado por Silva (2020), os serviços ambientais prestados pelos empreendimentos são atribuídos legalmente aos municípios e o envio de materiais para a cadeia produtiva da reciclagem propicia o aumento da vida útil dos aterros. Nesse contexto, é fundamental mencionar que na Lei Federal nº 12.305 (Brasil, 2010), a inclusão de catadores é fruto da articulação entre o MNCR e o Poder Executivo federal, essencial na realização de *lobby* para aprovação da lei (Silva, 2020). Observa-se o art. 36, em especial o inciso II e os parágrafos 1º e 2º, transcritos abaixo.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

[...]

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

[...]

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o **titular dos serviços públicos** de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos **priorizará** a organização e o funcionamento de **cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis** formadas por pessoas físicas de baixa renda, **bem como sua contratação.**

§ 2º A **contratação** prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 (Brasil, 2010, grifo nosso).

Apesar da publicação da normativa em 2010, a gestão administrativa do município de Belo Horizonte sinalizou positivamente para a contratação apenas em 2017. Cabe aqui mencionar que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS-BH) foi publicado em março de 2017, sendo que estava em elaboração desde 2014. De acordo com a entrevistada, a ideia inicial era designar a Asmare como responsável pela coleta seletiva na região da Savassi. Contudo, a experiência não foi bem-sucedida devido à falta de apoio e de acompanhamento por parte dos gestores. Assim, por um dos Grupos de Trabalho criados, foi proposto que a Cooperativa Solidária de Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste (Coopesol-Leste) fosse contratada nesse projeto piloto. Com o resultado obtido, os demais empreendimentos foram contratados: “Quando a Prefeitura viu que deu certo, aí abriu pra que as outras também fossem contratadas pra prestação de serviço” (Entrevistada, 2023).

No entanto, o maior desafio foi lidar com a falta de apoio do superintendente da SLU e de seus assessores em tratar a temática e efetivar a medida. A entrevistada mencionou alguns dos técnicos efetivos que apoiam e buscam sempre viabilizar e construir as melhores alternativas, porém lidam com dificuldades internas na superintendência — e é nessa esfera que são tomadas decisões para a concretização dos planos construídos coletivamente.

O principal desafio que a gente teve é quem era o secretário superintendente, sabe? E quem era, além do superintendente, quem eram os assessores dele. Porque eles eram... Como é que fala? Eles eram difíceis, sabe? De entender, de vestir a nossa camisa, de entender o processo, de apoiar, de ajudar, mesmo a gente junto. Falando da questão das políticas, de sentar, de conversar. A gente ajudou a criar o plano de resíduos de Belo Horizonte. Mesmo com tudo isso, na criação do plano de gestão, a gente colocando as demandas, os desafios... [...] Eu acho que é [falta de] boa vontade, [falta de] conhecimento técnico não, porque ela tem muito. Eu acho que foi [falta] de boa vontade mesmo, de ver a coisa crescer e dar certo, [...] então ela colocava do jeito que ela achava que era, e a gente foi tomando pau, tomando pau, até as outras virem e falam, não, é possível, dá pra fazer, tem condições de fazer (Entrevistada, 2023).

Nesse sentido, vale mencionar as considerações de Avritzer (2008) sobre as instituições participativas e suas variações, associadas ao desenho participativo, ao perfil da sociedade civil e à vontade política. No caso em foco, destaca-se o tratamento não efetivo da questão, na medida que não era de interesse político do poder na ocasião.

Entre os atuais desafios, de acordo com a entrevistada, engloba-se a dificuldade de realizar as reuniões periódicas mensais com regularidade e o empoderamento dos catadores a respeito do espaço. Também foi mencionado o caráter lento das medidas e a dificuldade em prosseguir com os encaminhamentos. Nas palavras dela:

Eu acho que falta mais empoderamento dos Catadores o entendimento de que esse espaço é nosso mesmo, nós é que temos que levar as demandas, a gente é que tem que pautar que a gente manda a pergunta o que tem de pauta, o que eles acham, e aí eles ainda ficam muito tímidos ainda. Eu acho que falta ocupar mais esse espaço, entender que esse espaço é nosso. [...] Então a gente precisava realmente encaminhar, colocar os encaminhamentos e realmente colocá-los em prática, fazer com que acontecesse de fato e não com tanta morosidade, porque tudo demora demais, é tudo muito difícil, é tudo moroso demais, a gente precisa, para hoje o negócio ainda vai para mais dois, três meses, um ano (Entrevistada, 2023).

A entrevistada também relatou dificuldade de lidar com as alterações dos superintendentes da autarquia responsável pela gestão dos resíduos e toda equipe. Isso ocorre, porque, com a alteração do responsável pela temática a cada ano, é preciso realizar sensibilização e mobilização deles a respeito da relevância do trabalho realizado por catadores e catadoras. Além disso, a dinâmica na chefia da pasta possibilita a ascensão de profissionais com visões políticas e ideológicas que podem não estar alinhadas com a valorização do trabalho dessa categoria. Pode ocorrer a mudança de perspectiva de “fomentar os empreendimentos para a inclusão de pessoas vulneráveis” para a crença de que essa perspectiva possui caráter assistencialista e deve ser evitada. Desse modo, retoma-se o aspecto já mencionado: as medidas tomadas no FMLC são dependentes da vontade política dos gestores. O contexto poderia ser diferente caso as propostas do PMGIRS-BH fossem melhor elaboradas e mais ambiciosas quanto à implementação da coleta seletiva com inclusão de catadores. No documento, a meta é atingir 11% de resíduos reciclados, mesmo com toda a cobertura do território, sob a justificativa de que o “mercado pouco desenvolvido da reciclagem continua sendo um dos principais gargalos para ampliação da coleta seletiva e reciclagem em Belo Horizonte [...]” (Belo Horizonte, 2017, p. 33).

A entrevistada destacou também a necessidade de retomar os pontos da Carta de Princípios e do Regimento Interno do FMLC-BH, documentos redigidos próximo ao lançamento em 2003. No seu ponto de vista, esses documentos podem auxiliar na manutenção do foco dos debates, assim como na participação de novos atores. Nesse sentido, a catadora afirma que é necessário ampliar a rede de parceiros presentes no fórum

e destacou, inclusive, a presença de representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) em alguns encontros. No ponto de vista da interlocutora, a presença de um agente estadual no fórum municipal pode viabilizar a solução célere de determinados problemas, além de garantir, ao representante estadual, o conhecimento de práticas participativas na temática a serem replicadas em outras cidades.

Acionando novamente Avritzer (2008), é possível lembrar que o desenho institucional do fórum possibilita a livre entrada de qualquer cidadão no processo participativo. Sendo assim, é possível que outros agentes, nem sempre parceiros e/ou alinhados ao fomento de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis participem e interfiram nessa temática. Esses participantes volantes, e por vezes indesejados, adotam estratégias de exclusão no espaço onde devem promover a participação. Esse contexto é ilustrado a partir da seguinte fala da entrevistada:

[...] porque às vezes o termo era tão técnico que a gente não conseguia entender e ficava boiando sem entender o que é que ele ia fazer. [...] Às vezes a gente faz um levantamento de umas coisas que, para nós, é fundamental, mas aí vem uma outra fala e ontem mesmo eu presenciei isso, a gente está precisando de apoio para ontem e aí as pessoas vêm com outra fala, aí dependendo do termo técnico que ela usa e de difícil compreensão para nós, o assunto vai para outro lado e o que a gente colocou mesmo a gente não consegue colocar em prática (Entrevistada, 2023).

Considerando que catadores e catadoras de materiais recicláveis são também pessoas de baixa escolaridade, acionar uma linguagem tecnocrática em reuniões com a participação de tais atores é uma estratégia de exclusão.

#### **4 Conclusão: reflexões e lições aprendidas**

O presente artigo emergiu da percepção de que espaços de participação social são fundamentais para a formulação e a implementação de políticas públicas. No tocante à implantação da coleta seletiva, com a inclusão produtiva de populações vulneráveis, pareceu essencial a criação de esferas participativas, como o FMLC-BH. Esse é um espaço de articulação de atores e de participação ativa de catadores e catadoras de materiais recicláveis, visando o protagonismo dessa categoria. Nesse sentido, notam-se suas conquistas, como equipamentos e espaços para melhores condições de trabalho e, especialmente, a contratação dos empreendimentos como prestadores de serviços. Para

além da dimensão prática, foi observada a importante inclusão dos atores em espaços de tomada de decisão, uma vez que os empreendimentos conseguiram estabelecer melhor uma linha de diálogo com os gestores e incidir diretamente nas políticas das quais são público-alvo. Concluiu-se que essas conquistas foram obtidas a partir do FMLC-BH, e, na ausência desse espaço, poderia ocorrer um acirramento das vulnerabilidades já vivenciadas por estes trabalhadores.

Verificou-se que a articulação e o diálogo ali estabelecidos possibilitaram a melhoria nas estruturas dos galpões, com alterações na disposição interna, alteração de endereço e aquisição de equipamentos para aprimoramento dos serviços realizados, além da formalização e da regularização documental, fundamentais para o acesso a outras políticas e outros projetos; e da contratação dos empreendimentos para a prestação de serviços da coleta seletiva. Assim, o ambiente do FMLC-BH funciona como espaço de participação dos atores interessados na temática com protagonismo dos catadores. As conquistas obtidas a partir da articulação entre as partes são, portanto, o resultado da inclusão ativa dos agentes ambientais nos processos de formulação de políticas públicas.

Além do estímulo à participação, o espaço deve ser entendido também como uma esfera resolutiva. Desse modo, os encaminhamentos ali obtidos devem ser efetivados, as demandas direcionadas e, embora existam dificuldades burocráticas capazes de aumentar a morosidade dos processos, evidencia-se a necessidade de articulação política para além daquele espaço. Em vista disso, é possível supor que a vigência do espaço esteja atrelada a dois fatores. Um está relacionado ao grupo belo-horizontino ter ciência de que catadores de materiais recicláveis são detentores de direitos e prestadores de serviços ambientais relevantes. Assim, estão em articulação com diversos parceiros, como os vereadores, os deputados e o Ministério Público, para a efetivação dos direitos e de melhores condições de trabalho. O segundo fator está relacionado à ideia de que as questões ali apresentadas e/ou formuladas são coletivamente construídas na presença de catadores e catadoras. Essa ideia permite que o município empenhe esforços para a manutenção do FMLC-BH, a fim de garantir o argumento mediante as críticas da categoria e de outros setores da sociedade.

Diante dessas possibilidades, é necessário aprofundar as investigações sobre o tema. Esse aprofundamento pode ser efetivado a partir da análise de atas e demais documentos produzidos pelo fórum, além da realização de entrevistas com outros partícipes, como representantes da própria SLU. Além disso, com base no material, é possível investigar

as presenças/ausências das instituições e a dinâmica do espaço. Por fim, se considerarmos o FMLC-BH como uma ferramenta para monitoramento da política pública de coleta seletiva com inclusão produtiva de catadores, faz-se necessário que tal instrumento passe por avaliações periódicas, além da verificação de vínculo com ações do PMGIRS. Sendo assim, espera-se que o trabalho aqui apresentado tenha contribuído para tanto, uma vez que o FMLC-BH apresenta inúmeras potencialidades e qualidades, a começar pelo caráter resolutivo e perene.

## Referências

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 18 ago. 2025.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. *In*: PIRES, Roberto Rocha Coelho; LOPEZ, Felix Garcia. **Brasil em desenvolvimento 2010**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. cap. 21, p. 565-585. (Brasil: o Estado de uma nação). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3801>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/6pHpmRWCWhM57s9svCdHZyB/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 2 out. 2025.

AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação democrática no Brasil (1990-2014). *In*: SANTOS, Boventura de Souza; MENDES, José Manuel (org.).

**Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. (Epistemologias de sul, 1).

BELO HORIZONTE. Superintendência de Limpeza Urbana. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH)**. Belo Horizonte: SLU, 2017. Disponível em:

[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/slu/2018/documentos/versao\\_final\\_pmgirs-bh\\_mma.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/slu/2018/documentos/versao_final_pmgirs-bh_mma.pdf).

Acesso em: 8 jun. 2025.

BEZERRA, Silvia Rozendo. **Fórum de assistência social como espaço de participação**: uma análise psicossocial. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:  
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23120/2/Silvia%20Rozendo%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 4 jun. 2025.

CALDAS, Ricardo Wahrendorf (coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. (Série políticas públicas, v. 7). Disponível em:  
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf). Acesso: 13 dez. 2022.

CAMPANI, Darci Barnech *et al.* Programa Nacional Lixo & Cidadania. *In*: CONGRESSO INTERAMERICANO DE RESÍDUOS, 2005, México. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. **Em busca de autonomia**: a trajetória de mulheres na economia solidária. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:  
[https://bib.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_CostaBA\\_1.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/CiencSociais_CostaBA_1.pdf). Acesso em: 9 nov. 2023.

COSTA, Marcela Nunes Cordeiro *et al.* O papel das ITCPs no fomento dos catadores de materiais recicláveis: ações de apoio para prestação de serviços ambientais e articulação em redes. *In*: COSTA, Bianca Aparecida Lima; SILVA, Marcio Gomes; DOURADO, Graziela Freitas (org.). **Saberes construídos na economia solidária**: experiências e vivências da incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFV. Viçosa, MG: Organização Cooperativa de Agroecologia, 2017. cap. 4, p. 64-81.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Sonia Maria. **Trajetórias e memórias dos fóruns Lixo e Cidadania no Brasil**: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. 2009. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:  
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-89JHYP>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FEDOZZI, Luciano. Esfera pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 236-271, 1998. Disponível

em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1931>. Acesso em: 2 set. 2025.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition?: dilemmas of justice in a post-socialist age. **New Left Review**, London, n. 212, p. 68-93, July/Aug. 1995.

GERHART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. (Série Educação à distância).

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbyW73tXTR4VNNs/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 18 ago. 2025.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (Brasil). **Quantos catadores existem em atividade no Brasil?** São Paulo: MNCR, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar.

**Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, 2018. Disponível em:

<https://revistatopoi.org/site/topoi-37/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Camila Mattarelli de Abreu e. **Catadores de materiais recicláveis: a luta para tirar o direito do papel**. 2020. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35029>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Carla Almeida. Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1, p. 143-185.

SILVA, Carlúcia Maria; MARTINS, Renata Siviero. Memórias e vivências de catadores e catadoras de recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte em suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 13, n. 1, 2022. DOI: 10.5380/recp.v13i1.82685. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/82685>. Acesso em: 2 set. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 2 out. 2025.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 65-95, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/4xS4YRF3bXT8BNtxVcGQrZk/?lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2025.

Recebido em: 15/10/2024

Aceito em: 14/08/2025